

## Nova CPI dos Cartões será criada hoje

Garibaldi se reúne com os líderes partidários para tratar do desbloqueio da pauta de votações e do exame de vetos presidenciais pelo Congresso. Presidente do Senado diz que vai pedir moderação nos trabalhos das CPIs

João Araújo

Garibaldi: "Vou fazer um apelo à moderação, para que evitem troca de acusações"



O presidente do Senado, Garibaldi Alves, almoça hoje com os líderes partidários em busca de entendimento para destravar a pauta de votações e criar uma agenda positiva para o Senado e o Congresso. Garibaldi vai se empenhar para que o Congresso volte a se reunir para deliberar sobre vetos presidenciais. Na sessão plenária de hoje, ele deverá ler o requerimento de criação da CPI dos Cartões Corporativos exclusiva do Senado. Ontem, o líder do DEM, José Agripino, e o senador Heráclito Fortes cobraram da Polícia Federal a apuração não só do vazamento do dossiê com gastos do governo Fernando Henrique, mas também de sua elaboração. Agripino classificou de "pilhéria" declarações dos ministros Dilma Rousseff e Tarso Genro. **Página 3**

## General Félix e Orlando Silva prestam depoimento na CPI mista

Seis autoridades deverão depor esta semana na CPI Mista dos Cartões Corporativos. Para hoje, a partir das 9h30, está prevista audiência com o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, para discutir a possibilidade de abertura dos gastos da Presidência com cartões. Já o ministro do Esporte, Orlando Silva, prestará esclarecimentos sobre possível uso irregular de cartão. **Página 5**



José Cruz

Presidida por Marisa Serrano, CPI mista poderá realizar esta semana suas últimas reuniões; amanhã, são esperados a ex-ministra Matilde Ribeiro e o diretor da Abin

Gerardo Magela



Cristovam sugere comissão para investigar legitimidade dos gastos

### Cristovam propõe licença de reitor para encerrar crise

O afastamento temporário do reitor durante investigação de gastos irregulares foi sugerido pelo senador para que alunos deixem reitoria da Universidade de Brasília. **Página 7**

### Transgênicos de volta à pauta

Comissão de Agricultura promove debate sobre liberação de sementes transgênicas. **Páginas 4 e 5**

Impresso Especial

5362005/DR/BSB  
SENADO FEDERAL

CORREIOS



### Suplência de senador tem nova rodada de negociação na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) volta a discutir novas regras para a suplência de senador. Divergências sobre a melhor maneira de escolher suplentes já adiaram diversas vezes uma decisão da comis-

são sobre o assunto. Defensor da convocação do candidato não eleito mais votado, o relator da matéria, Demostenes Torres, afirma que, se houver consenso em torno de outra fórmula, pode apresentar novo parecer. **Página 4**

Celebração da data em 2008 tem como tema "Protegendo a saúde frente às mudanças climáticas", escolhido pela OMS

## Senado comemora o Dia da Saúde em sessão especial

O Senado comemora amanhã, às 10h, em sessão solene, o Dia Mundial da Saúde, que transcorreu na última segunda-feira, e os 60 anos da Organização Mundial de Saúde (OMS). A sessão foi solicitada em requerimento de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e outros senadores. A OMS escolheu para a celebração da data em 2008 o tema "Protegendo a saúde frente às mudanças climáticas".

A definição de tema visa despertar a atenção para a necessidade de proteger a saúde dos efeitos adversos das mudanças climáticas e colocá-la no centro do diálogo global sobre esse fenômeno. Segundo a OMS, a comunidade global estará mais bem preparada para enfrentar os desafios da saúde relacionados com o clima em todo o mundo se houver ações que colaborem nesse sentido. Entre os exemplos dessas iniciativas, a instituição cita o fortalecimento da vigilância e o controle de doenças infecciosas, o abastecimento seguro e suficiente de água e a coordenação da ação de saúde nas situações de emergências e desastres.

No requerimento solicitando a sessão, os senadores dizem que "a comemoração da data deve ser cara para os brasileiros", de forma que se cumpra seu objetivo. Apesar de a saúde no país registrar "avanços significativos, reclama permanentemente melhor atenção e cuidados", afirmam os

parlamentares.

– Tudo isso para que se alcance o objetivo maior da saúde, qual seja, estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consistindo somente da ausência de uma doença ou enfermidade, na definição dada pela própria OMS – destaca o requerimento.

**ABI**

Na quinta-feira, às 10h, o Senado realiza outra sessão especial, para comemorar o centenário de fundação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), criada em 7 de abril de 1908. O requerimento da sessão tem como primeiro signatário o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Idealizada por Gustavo de Lacerda, a ABI tem o objetivo de assegurar à classe jornalística os direitos assistenciais e tornar-se um poderoso centro de ação, bem como abrigar os trabalhadores da imprensa. O senador também cita no requerimento Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, jornalista, advogado, escritor e político de destaque com atuação na Associação Brasileira de Imprensa, que lutava por ideais nacionalistas e via a profissão como meio de levar à população a conscientização política e social.

A ABI é presidida por Maurício Azedo, que tomou posse em 13 de maio de 2004, data em que era comemorado o Dia Nacional da Imprensa, atualmente celebrado no dia 1º de junho.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### MPs trancam pauta do Plenário

Às 14h tem início a sessão deliberativa do Senado. Na hora do expediente será votado requerimento de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) solicitando informações ao TCU sobre processos envolvendo a construtora OAS. A ordem do dia continua trancada por medidas provisórias. O primeiro item é a MP 402/07, que abre crédito no valor de R\$ 1,646 bilhão em favor do Poder Executivo.

### Agenda do presidente

O presidente do Senado Federal se reúne com os líderes da Casa na residência oficial, às 12h30. Às 14h, recebe o senador Alvaro Dias (PSDB-PR); às 15h, recebe o deputado Rodrigo Rollemberg; às 16h, preside a sessão no Plenário; e, às 18h, recebe o senador Mário Couto (PSDB-PA) com parlamentares e representantes do setor madeireiro.

### Tecnologias genéticas em debate

As comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), do Senado, e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados,

debatem às 14h30, em audiência pública, as tecnologias genéticas de restrição de uso de variedade, previstas na Lei de Biossegurança (11.105/05). Foram convidados o

representante da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) Francisco Aragão; e o presidente da empresa Alellyx Fernando Reinach; entre outros.

### Gestão de recursos hídricos

A gestão de recursos hídricos é tema de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), às 11h30. O objetivo é subsidiar a participação do Brasil no 5º Fórum Mundial da Água, em 2009, na Turquia. Comparecerá ao evento o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado.

### CPI da Pedofilia ouve procuradores

A comissão de inquérito que investiga o uso da internet na prática da pedofilia se reúne, às 14h30, para ouvir o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, José Cosenzo; o presidente do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, Marfan Vieira; e o coordenador do Comitê Gestor da Internet do Ministério da Ciência e Tecnologia, Augusto César Vieira.



### Meirelles fala à CAE sobre política monetária

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, comparece, às 10h, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para expor diretrizes, modos de implementação e perspectivas da política monetária. Logo após, o colegiado analisa pauta de 11 itens, entre

eles o projeto de lei que institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Também deve ser votado projeto que visa reduzir o déficit de moradias em municípios carentes.

### Desempenho no Enem

As medidas adotadas pelas escolas que obtiveram as duas primeiras classificações no Enem em 2006 serão debatidas, às 10h, na Comissão de Educação, com a presença das diretoras do Instituto Dom Barreto, de Teresina, e Walkíria Ribeiro, do Colégio Vértice, de São Paulo.

### CPI dos Cartões

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos se reúne, às 9h30, para ouvir o ministro da Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix; e o ministro do Esporte, Orlando Silva.

### Crise ambiental

Às 14h30, será realizada reunião da subcomissão temporária sobre a crise ambiental na Amazônia, para a definição do roteiro de trabalho do colegiado, que funciona no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151  
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

[www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) | [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa, Paulo Paim e Mário Couto

## Dobradinha entre PT e PSDB é o drama do Congresso, diz Simon

Em discurso feito ontem no Plenário, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o país passa por um “tumulto de fatos e acontecimentos”. Em sua opinião, o “grande drama” pelo qual padece o Congresso Nacional é “a dobradinha PT-PSDB”, pois, avalia, o Partido dos Trabalhadores teria desempenhado bem o papel de oposição durante os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso. Mas, agora, o governo Luiz Inácio Lula da Silva não seria tão diferente do governo anterior.

– O PT, no governo, é um governo igual ao do PSDB. Os dois são iguais. Nada é mais igual ao governo do Fernando Henrique do que o governo do Lula. Nada mais igual ao governo do Lula do que o governo do Fernando Henrique – sustentou.

Na opinião de Simon, a disputa entre os dois partidos sobre o suposto dossiê com informações de gastos do governo FHC pode estar confundindo a população. O senador defende a vinda da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos para falar sobre o episódio.

De acordo com Pedro Simon, “é triste” a disputa entre os dois partidos, pois o PT diz que as informações são um “banco de dados”, enquanto o PSDB declara que constituem um “dossiê”. Para os petistas, acrescentou o parlamentar, o crime foi o vazamento das informações do “banco de dados” para a imprensa. Já para os tucanos, foi a elaboração do “dossiê”.

– E, nesse jogo de palavras, a sociedade fica sem saber o que é – lamentou.

Na interpretação do senador, a CPI dos Cartões Corporativos “está fazendo um papel muito triste”, pois a base governista impede a aprovação de qualquer requerimento de interesse da oposição. Simon demonstrou receio quanto à criação de outra CPI para investigar o mesmo assunto apenas com senadores participando.

– A Mesa do Senado vai decidir se cria ou não a CPI do Senado. Olha! Eu não queria estar no lugar do presidente Garibaldi. Não sei o que vai acontecer nesta Casa com a CPI do Congresso e a CPI do Senado.

Para Simon, os congressistas deveriam, sim, investigar “a instituição cartão corporativo”, para melhorar os gastos públicos e a sua respectiva transparência.

Em apartes, os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e José Agripino (DEM-RN) elogiaram o pronunciamento. Cristovam afirmou que o presidente do Senado, Garibaldi Alves, não pode deixar de tomar as medidas para a instalação de uma CPI dos Cartões Corporativos exclusiva do Senado, pois o pedido de criação já tem as assinaturas necessárias.

– Mas que vai ser um desastre, vai, porque nós vamos paralisar ainda mais o funcionamento do Parlamento – avaliou Cristovam.

Já Agripino frisou que o papel da oposição em qualquer regime democrático é fiscalizar o governo, considerando que “parte da sociedade se sente interpretada e estimulada pela voz da oposição”.

### Protestos na UnB

Simon também comentou a ocupação, por estudantes, da reitoria da Universidade de Brasília (UnB), para exigir a renúncia do reitor, Timothy Mulholland, acusado de cometer irregularidades na compra de mobiliário de luxo para o apartamento funcional que ocupava. Para o senador, o Supremo Tribunal Federal deveria determinar um prazo maior para a desocupação e o reitor poderia pedir licença do cargo, o que seria “uma saída feliz”.

Presidente do Senado deve fazer um apelo em favor da moderação na linguagem dos integrantes das comissões parlamentares de inquérito e cobrar o exame dos vetos presidenciais pelo Congresso

## Garibaldi lê pedido de nova CPI e tenta desbloquear pauta de votações

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, lê na sessão plenária de hoje à tarde o requerimento que cria a CPI exclusiva de senadores para investigar os cartões corporativos. Antes, ele almoça com os líderes partidários para discutir detalhes dessa nova comissão parlamentar de inquérito e o desbloqueio da pauta do Plenário. Garibaldi também fará um apelo à moderação. Certo de que o funcionamento simultâneo de duas CPIs sobre o mesmo tema poderá resultar em turbulência, ele pedirá aos parlamentares que se contenham, para evitar o uso de linguagem vulgar.

– Uma CPI já cria turbulências, imagine duas tratando do mesmo assunto. Não tenho solução para esses conflitos. Vou fazer um apelo pela moderação, para que evitem troca de acusações, uso de linguagem chula – afirmou o presidente da Casa, em



Garibaldi Alves: “Vou fazer apelo para que evitem troca de acusações” entrevista à Agência Senado.

Na mesma reunião, Garibaldi trabalhará para que o Congresso volte a se reunir com o fim de deliberar sobre vetos presidenciais, uma das prerrogativas do Parlamento que ele considera inaceitável que seja negligenciada. O senador disse que deverá

ser discutida também a proposta de emenda à Constituição em análise na Câmara que muda o rito de tramitação das medidas provisórias.

### Pauta

No momento, trancam a pauta de votações do Senado MP que abre crédito extraordinário de R\$ 1,6 bilhão em favor de diversos órgãos do Executivo e dois projetos de lei de conversão – dispondo sobre franquia postal e data de pagamento de benefícios da Previdência. Indagado sobre o que é prioritário para votação no Senado depois que essas matérias forem votadas, Garibaldi respondeu:

– Essa é a única coisa que não posso informar, porque, desobstruída a pauta, novas medidas provisórias virão. Isso é certo. Já estão no forno. Não podemos criar nenhuma expectativa de votação enquanto não parar de chegar tantas medidas provisórias.

## Heráclito pede ação livre da PF no caso do dossiê

Heráclito Fortes (DEM-PI) alertou ontem para o risco de manipulação da Polícia Federal numa eventual investigação de dossiê sobre cartões corporativos. O senador disse estranhar que, de início, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha impedido uma ação espontânea da PF e, agora, o ministro da Justiça, Tarso Genro, anuncie que o órgão, subordinado a ele, vai apurar o vazamento de informações ocorrido na Casa Civil da Presidência da República.

– A Polícia Federal tem de ser livre para agir. Se cometer excessos, punam-se os excessos, mas não se podem cercear as suas ações. Que se apure de maneira ampla, geral e irrestrita, e não apenas topicamente, como está hoje publicado aqui em matérias de jornais – recomendou. A imprensa noticiou ontem que, segundo o ministro da Justiça, a PF investigaria o vazamento das informações e não a montagem do suposto dossiê.

Heráclito avaliou como um erro Tarso Genro ter manifestado, repetidas vezes, que a PF só deveria apurar



Heráclito alerta para o risco de manipulação da Polícia Federal

se houvesse pedido de alguma autoridade. O senador chegou a propor, em seu discurso, que o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, solicitasse à Polícia Federal apurar o caso – até porque o governo colocou sob suspeita Alvaro Dias (PSDB-PR).

– Não podemos permitir que as acusações, feitas maldosamente por alguns aloprados ao senador Alvaro Dias, invertendo o sentido dos fatos, deixem de ser apuradas – cobrou.

Na opinião de Heráclito, se a PF tivesse agido com rapidez, as medi-

das cabíveis teriam sido tomadas e, possivelmente, provocado desgastes em algumas pessoas, mas o país e a ministra-chefe da Casa Civil não estariam vivendo um impasse.

O senador piauiense afirmou que os escândalos se sucedem e o governo não permite que eles sejam apurados. Citou como exemplo a descoberta de gastos irregulares por parte de fundações que têm convênios com universidades públicas, como a compra de mobiliário de luxo para o apartamento funcional do reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland, pela Fundação de Empreendimentos Técnicos e Científicos (Finatec).

Heráclito abordou ainda o caso da organização não-governamental Centro Piauiense de Ação Cultural (Cepac), investigada por serviços prestados ao PT. “Usa-se o dinheiro público de maneira pouco clara para financiar a máquina partidária, tirando-se da mão do povo a oportunidade de que esses recursos venham em seu benefício”, criticou.

## Agripino: essencial é descobrir quem produziu documento

O líder do DEM, senador José Agripino (RN), avaliou como “pilhéria” declarações da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e do ministro da Justiça, Tarso Genro, no sentido de autorizar a Polícia Federal a investigar a origem do

vazamento de informações sobre os gastos com cartões corporativos do ex-presidente Fernando Henrique e de sua esposa.

Para o senador, o essencial é descobrir quem produziu o documento e com quais interesses,

algo que considera possível de ser investigado por uma CPI dos Cartões Corporativos exclusiva do Senado. O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, prometeu ler o requerimento de instalação da comissão na sessão de hoje.



Simon: “CPI dos Cartões Corporativos está fazendo um papel muito triste”

Semana começa com a pauta do Plenário trancada por medidas provisórias. Na CCJ, pode ser votada nova convocação de Dilma Rousseff

# Em busca de acordo para mudar a tramitação das MPs

O Senado abriu a semana com a pauta trancada por uma medida provisória e dois projetos de lei de conversão com prazo de votação vencido, o que impede a deliberação de outras matérias. Essa situação, que tem se repetido, levou parlamentares a apontarem abusos na edição de MPs pelo Executivo e deverá ser um dos assuntos na reunião de líderes hoje.

Em meio às reclamações dos parlamentares, a comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa mudanças no rito de tramitação das MPs se prepara para votar hoje substitutivo do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ) à proposta de emenda à Constituição (PEC 511/06) que trata do assunto.

O substitutivo põe fim à exigência de trancamento da pauta se a medida provisória não for apreciada em 45 dias, mas determina que, após o 11º dia de tramitação em cada uma das Casas do Congresso, as MPs passem a ser incluídas, em regime de urgência, como primeiro item da ordem do dia. Assim, outra matéria que os parlamentares julgarem prioritária poderá ser votada antes.

De acordo com o substitutivo, as medidas provisórias deverão ser submetidas, antes de entrar em votação, a exame de admissibilidade pelas comissões de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado, para análise dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância, e não mais por uma comissão mista.

Em relação ao prazo de vigência, Picciani propõe 120 dias improrrogáveis, embora admita 45 dias adicionais exclusivamente para deliberação do Senado caso a matéria permaneça na Câmara até o fim daquele prazo. Atualmente, as MPs já chegam ao Senado com tempo de votação esgotado e, portanto, trancando a pauta.

A idéia de tornar esse período mais elástico encontra resistência. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, considera prioridade o fim do trancamento da pauta por MPs, mas rejeita o aumento da do prazo para tramitação. Segundo o líder do DEM na Casa, José Agripino (RN), seu partido não aceita ampliar a vigência das MPs para além dos 120 dias.



Comissão de Constituição e Justiça tenta amanhã chegar a acordo sobre as mudanças na eleição de suplente para senador

## Exame de novas regras para suplente deve ser amanhã

A votação das novas regras para suplente de senador foi marcada para amanhã pelo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Marco Maciel (DEM-PE). As mudanças estão reunidas em substitutivo do senador Demostenes Torres (DEM-GO) elaborado a partir de sete propostas de emenda à Constituição. Para que as alterações sejam implementadas, o texto precisa ser aprovado não apenas na CCJ, mas também no Plenário do Senado e, ainda, na Câmara dos Deputados.

O exame da matéria na CCJ já foi adiado diversas vezes devido a divergências entre os senadores – eles defendem diferentes fórmulas para a escolha dos suplentes. Essa situação fez com que Demostenes Torres reconhecesse que seu texto dificilmente será acolhido na comissão da forma como está.

Demostenes reiterou que, “se houver um consenso quanto a uma nova proposta, aceita por ampla maioria”, ele fará um novo substitutivo seguindo tais indicações.

## Mais uma convocação de Dilma Rousseff será votada

Está prevista para amanhã, na Comissão de Justiça, votação de requerimento de convocação da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para que ela preste esclarecimentos sobre suposto dossiê com gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O pedido é do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM).

A CCJ também sabatará Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva, indicado pela Câmara para um segundo mandato como representante daquela Casa no Conselho Nacional do Ministério Público. Em seu relatório, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ressalta que, durante o primeiro mandato de Francisco Maurício, seu filho Eduardo Henrique da Fonte de Albuquerque Silva (PP-PE) foi eleito deputado federal.

Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), esse fato deveria impedir a recondução, pois a Resolução do Senado 7/05 “veda expressamente” a nomeação de parente de parlamentar para o conselho.

## Candidato réu pode ter nome divulgado

Candidatos a cargos eletivos que sejam réus em processos criminais ou que respondam a representações por quebra de decoro parlamentar poderão ter seus nomes divulgados, pela Justiça Eleitoral, no horário gratuito da propaganda eleitoral. É o que determina projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a ser votado amanhã, em decisão terminativa, pela Comissão de Justiça.

Pelo projeto (PLS 255/06), a Justiça Eleitoral será obrigada a informar, no início e no término da propaganda política, que os candidatos citados não são considerados culpados até o trânsito em julgado da sentença penal, ou até que o respectivo órgão legislativo a que pertença o parlamentar (Senado, Câmara dos Deputados, assembleias legislativas, câmaras de vereadores) decida pela perda do mandato. Conforme Pedro Simon, a medida dará ao eleitor maiores esclarecimentos a respeito da situação jurídica dos candidatos.

A CCJ pode examinar ainda substitutivo da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ao projeto do Executivo (PLC 119/06), já aprovado na Câmara, que recria a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), extinta em 1990. Entre as competências do novo órgão, destaca-se a elaboração do plano regional de desenvolvimento do Centro-Oeste, que deverá ser articulado com as políticas e planos nacionais, estaduais e municipais.

A comissão deve votar ainda, em decisão terminativa, projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) determinando que a celebração de convênios com pessoas jurídicas de direito privado ficará sujeita a um prévio processo seletivo (PLS 624/07).

O processo seletivo, de acordo com o projeto, será instaurado de ofício pelo órgão ou entidade repassadora dos recursos ou por solicitação de ente privado interessado, desde que seja demonstrada a existência de interesse público na celebração do convênio.

## Audiência conjunta discute flexibilização da Lei de Biossegurança

O projeto que modifica a Lei de Biossegurança (Lei 11.105/05) para permitir a pesquisa e o patenteamento de sementes transgênicas estéreis, além da comercialização das chamadas plantas biorreatoras – modificadas geneticamente para produção de enzimas, vacinas e proteínas terapêuticas –, será discutido hoje pelas comissões de Agricultura do Senado e da Câmara.

A proposta em debate libera a pesquisa utilizando tecnologias ge-

néticas de restrição de uso – responsáveis pela produção de plantas que geram sementes estéreis (*terminator*), que não podem ser produzidas pelos próprios agricultores –, mas mantém a proibição da venda das sementes. De acordo com o projeto, que tramita na Câmara com o número 268/07, fica liberada apenas a comercialização das plantas *terminator* biorreatoras.

A proposta de flexibilizar as regras para produção de transgênicos

partiu de Kátia Abreu (DEM-TO), quando ela era deputada, e foi re apresentada no ano passado pelo deputado Eduardo Sciarra (DEM-PR). Ele afirma que o uso comercial de semente *terminator* beneficiará mais as indústrias que os agricultores, na medida em que a tecnologia impede a reprodução das sementes nas fazendas. Por outro lado, destaca as vantagens da liberação de plantas biorreatoras, consideradas de proteção tecnológica e úteis à biosse-

gurança. O texto também altera o conceito de tecnologia genética de restrição de uso, visando eliminar impedimentos à pesquisa genética com plantas de reprodução assexuada (sem uso de sementes).

Foram convidados para a audiência Francisco Aragão, membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio); Fernando Reinach, presidente da empresa Alellyx S/A; e pesquisadores de universidades.

Depoimentos desta semana podem ser os últimos da Comissão Mista dos Cartões Corporativos; Relações Exteriores vai decidir sobre representações diplomáticas

# CPI mista ouve hoje general Félix e Orlando Silva



Presidente da CPI, a senadora Marisa Serrano admite não promover mais reuniões plenárias e marcar data para votação do relatório

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos agendou três audiências públicas para esta semana, destinadas a depoimentos de seis autoridades. Serão ouvidos, pelos parlamentares, ministros que foram alvo de denúncias de uso irregular de cartões corporativos e especialistas em segurança, que deverão debater a possibilidade de abertura de sigilo sobre gastos de funcionários da Presidência da República com cartões.

Essas podem ser, porém, as últimas audiências da comissão, se a presidente da CPI mista, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), realmente não marcar mais reuniões plenárias conforme anunciou na última quinta-feira, quando os parlamentares do colegiado rejeitaram 29 requerimentos de convocações. Ela disse que não faria mais debates devido à falta de requerimentos aprovados. Afirmou, então, que apenas marcaria a data de votação do relatório final.

Hoje está prevista a presença do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix, para discutir a possibilidade de abertura de sigilo dos gastos da Presidência da República com cartões corporativos. Para a mesma reunião foi convidado a prestar informações o ministro do Esporte, Orlando Silva, que, segundo denúncias, teria usado irregularmente o cartão.

Para a reunião de amanhã, está prevista a presença da ex-ministra da Secretaria Especial de Po-

líticas de Promoção da Igualdade Racial Matilde Ribeiro, que também teria usado irregularmente o cartão de crédito corporativo. Os parlamentares ainda ouvirão na mesma reunião o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Paulo Lacerda, que deverá tratar da necessidade ou não de sigilo dos gastos da Presidência da República.

Nesta quinta-feira, a CPI mista deverá ouvir o ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin, também acusado de usar irregularmente cartões corporativos; e o ex-ministro do Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República Alberto Mendes Cardoso, que falará sobre o sigilo dos gastos presidenciais. O início das reuniões está marcado sempre para as 9h30.

## CPI do Senado

Com objetivo de levar adiante as investigações sobre o uso indevido dos cartões, a oposição pretende que seja lido hoje requerimento determinando a instalação de uma CPI apenas no Senado, para investigar o uso irregular de cartões corporativos.

A oposição pediu ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, para que seja lido hoje o requerimento de criação dessa CPI, que aguarda leitura na Mesa do Senado desde o dia 19 de fevereiro.

Antes da apreciação, porém, os líderes partidários deverão participar de um encontro na residência oficial da Presidência, destinado a definir uma pauta de trabalho para a Casa.

## Comissão examina indicações de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa, nesta quinta-feira, a partir das 10h, mensagem presidencial com a indicação de Carlos Eduardo Sette Câmara, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Paquistão e também junto à República Islâmica do Afeganistão e à República do Tadjiquistão.

No seu parecer, o relator Marco Maciel (DEM-PE) afirma que a participação paquistanesa no G-20 – grupo de países em desenvolvimento –, evidenciada pela reunião de coordenação organizada por aquele país, em setembro de 2005, coincidiu com a visita bilateral do chanceler brasileiro, Celso Amorim, e demonstra que Islamabade está engajada no tema do comércio agrícola, que é de grande interesse para a nação.

No que se refere ao Afeganistão, o Brasil manteve relações diplomá-

ticas de 1952 até 1979, quando o Brasil não reconheceu o governo instalado pela força soviética naquele país. O Brasil também não reconheceu o governo do Talibã. Somente em maio de 2004, restabeleceu relações diplomáticas com o Afeganistão, lembrou ainda Marco Maciel.

Os senadores da CRE também irão analisar mensagens presidenciais com as indicações de Cesário Melantonio Neto para as embaixadas do Brasil no Egito, no Estado da Eritreia e na República da Somália. Na pauta da comissão está ainda a mensagem com a indicação de José Fiúza Neto para embaixador na República da Guiné.

Cesário Melantonio Neto é ministro de primeira classe e José Fiúza Neto ministro de segunda classe da carreira de diplomata do quadro per-

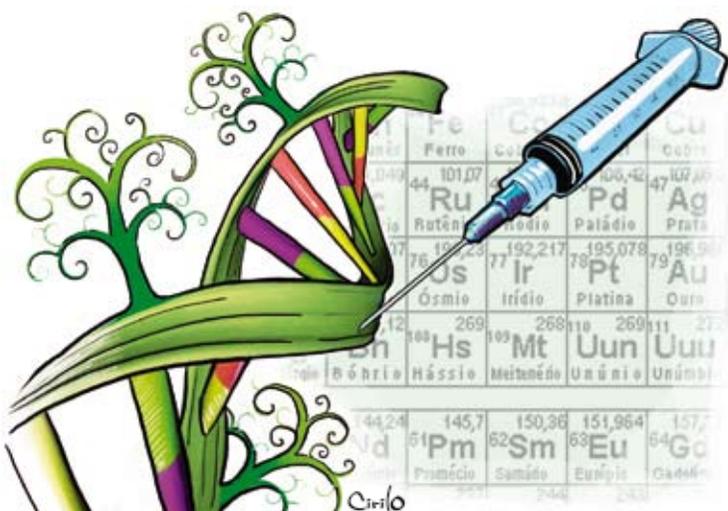
manente do Ministério das Relações Exteriores.

O senador Fernando Collor (PTB-AL), relator da mensagem de indicação de Melantonio Neto, afirma no seu parecer que, no plano comercial, o Egito é importante parceiro do Brasil e um dos maiores importadores africanos de bens e serviços brasileiros.

Quanto a Eritreia e Somali, o relator observou que nos últimos anos tiveram grande importância econômica as exportações brasileiras de açúcar para esses países.

Sobre as relações do Brasil com a República da Guiné, Mesquita Júnior (PMDB-AC), relator da mensagem que indica José Fiúza Neto, ressaltou que a abertura da embaixada da Guiné em Brasília ocorreu em 2005, quando também teve início o trabalho da embaixada do Brasil naquele país.

**Egito, Afeganistão e Paquistão são alguns dos países que devem receber novos representantes**



## ▼ Uso de tecnologia para produzir plantas estéreis é proibido

A Lei de Biossegurança proíbe a utilização, a comercialização, o registro, o patenteamento e o licenciamento de tecnologias genéticas de restrição do uso – conhecidas pela sigla Gurt (*genetic use restriction technology*). Tal tecnologia refere-se a “qualquer processo de intervenção humana para geração de plantas geneticamente modificadas a fim de produzir estruturas reprodutivas estéreis ou que vise ativar ou desativar genes

relacionados à fertilidade das plantas por indutores químicos externos”.

Há dois principais tipos dessas tecnologias: T-Gurts e V-Gurts. As primeiras servem para condicionar a manifestação de determinadas características desejáveis das plantas à presença de indutores químicos externos. É o caso, por exemplo, da soja transgênica. Já as V-Gurts, ou terminator, produzem plantas que geram sementes estéreis.

O uso de Gurts tem sido considerado importante para o desenvolvimento de plantas biorreatoras ou biofábricas, usadas para a produção de substâncias destinadas a fins terapêuticos, como a insulina, por exemplo. Pesquisas com plantas biorreatoras apontam para a possibilidade de elas substituírem, com custos menores e em grande escala, processos industriais utilizados atualmente para a produção de tais substâncias.



Para Goellner, economia de Mato Grosso pode enfrentar "crise sem precedentes"

## Goellner defende renegociação de dívidas rurais

O atendimento das reivindicações dos produtores rurais de Mato Grosso relativas à renegociação de suas dívidas com a União foi defendido por Gilberto Goellner (DEM-MT).

Segundo o senador, o aumento das dívidas dos produtores agropecuários junto aos bancos de fomento – com os quais contraíram empréstimos para a compra de insumos – “pode levar a economia mato-grossense a uma crise sem precedentes”.

Goellner informou que esteve em audiência com o ministro da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento, Reinhold Stephanes, juntamente com Serys Silhessarenko (PT-MT) e deputados de Mato Grosso, para explicar a problemática situação dos produtores do estado, em decorrência da grave crise que assolou a renda da produção agropecuária brasileira, “devido à valorização do real”.

– A bancada saiu otimista da reunião principalmente por entender que há uma determinação sobre a ampliação do prazo para pagamento das dívidas – disse. Os produtores querem ainda a redução da taxa de juros, de 12% para 6,67%, o que governo ficou de estudar.

### Urgência

O senador considera que a decisão sobre o assunto deve ser adotada com urgência, uma vez que a data para quitação das parcelas dos financiamentos efetuados a partir de 1995 é de três anos.

– É impossível pagar uma dívida impagável em três, quatro, cinco anos. Há propostas de 15 a 25 anos. Por ora, só quem lucra são os bancos, com juros. Só em relação aos financiamentos dos fundos constitucionais, a dívida dos produtores atingiu R\$ 40 bilhões, sendo que, desse total, R\$ 5 bilhões vão para os bancos – frisou.

Entre os cargos que devem ser preenchidos na comissão mista, o mais importante é o de relator-geral do projeto da Lei Orçamentária para 2009

# Presidente da CMO só designará relatores após garantir consenso

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), afirmou ontem à Agência Senado que não tem pressa em designar os parlamentares que vão ocupar as principais relatorias do colegiado. Segundo ele, o importante é que os nomes resultem do consenso entre os partidos, como parte de entendimento global sobre diversos aspectos que, como avalia, vão garantir o bom funcionamento da comissão por todo o ano.

– Vou conversar da manhã até a noite, tantos dias quantos forem necessários, para buscar um entendimento – frisou.

Entre os cargos que devem ser preenchidos, o mais importante é o de relator-geral do projeto do Orçamento para 2009. Dono da maior bancada nas duas Casas, o PMDB já tem a presidência da CMO e, por ser impedido pelo regimento de acumular as duas funções, cedeu a relatoria-geral ao PT do Senado. O nome mais cotado para a função é o do senador Delcídio Amaral (MS).

Mas a solução, que garante à base governista o controle da CMO, continua sendo questio-

nada pelo DEM. Na avaliação desse partido, com o afastamento do PMDB, a proporcionalidade deve continuar sendo observada. Como o DEM possui a segunda maior bancada no Senado, defende o direito de indicar um de seus integrantes para o cargo.

– Os peemedebistas não podem delegar a função ao PT. Ou assumem a titularidade ou perdem a posição – disse o líder do DEM no Senado, José Agripino (RN).

Mendes Ribeiro não se manifesta sobre a disputa entre os dois partidos nem sobre a correta interpretação do regimento nesse caso. Ele apenas afirma que está disposto a esperar o tempo que for preciso para o consenso. Só então, como salientou, pretende fazer as designações de todos os relatores da comissão – um para tratar das receitas do Orçamento, os dez relatores setoriais dessa peça e, ainda, o relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

### Fim de prazo

Ontem à meia-noite acabou o prazo para que os líderes parti-

dários encaminhassem à CMO os nomes dos correligionários escolhidos para cada uma das relatorias. Depois disso, a resolução que regula os processos na CMO determina que as indicações sejam feitas pelo próprio presidente do colegiado. Mendes Ribeiro ressaltou, porém, que o regimento não impõe limite de prazo para que ele cumpra a medida. O presidente da CMO, que assumiu o cargo na semana passada, também quer conversar com o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), para tentar demover o

### DEM questiona acordo entre PMDB e PT que prevê indicação de Delcídio Amaral para a relatoria-geral

partido da decisão de deixar sua bancada nesta Casa de fora da CMO. Virgílio vem criticando as regras de funcionamento da comissão e condiciona o retorno dos senadores ao colegiado a mudanças no regimento.

– Vou procurar o senador Arthur Virgílio com todo o prazer. Ele vai entender que seu partido não pode ficar fora do debate do Orçamento. Como iria explicar isso para seus eleitores?



Mário Couto lembra que há acordo para votação de projetos pelo Plenário

## Mário Couto insiste em benefícios para aposentados

O senador Mário Couto (PSDB-PA) chamou a atenção para acordo firmado na semana passada, entre o presidente do Senado, Garibaldi Alves, os líderes da oposição Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino (DEM-RN), o senador Paulo Paim (PT-RS) e representantes dos aposentados e pensionistas do serviço público, determinando prioridade para a votação de projeto (PLS 58/03). A proposta regulamenta a paridade dos reajustes dos benefícios dos aposentados e demais trabalhadores da ativa.

– Pelo acordo ficou estabelecido que não será lida nem mais uma medida provisória até a colocação do projeto na pauta – afirmou Mário Couto, protestando também pelo fato de as MPs trancarem a pauta do Senado quando chegam à Casa com seu prazo constitucional vencido, o que impede a votação de propostas de iniciativa do Legislativo.

Em defesa do projeto, o parlamentar culpou o governo por omissão em relação à sua aprovação, observando que, mesmo tendo sido apresentado por um integrante do partido governista, a orientação do Palácio do Planalto seria no sentido de não aprová-lo em médio prazo. O fato de a proposição já estar tramitando há cinco anos nas comissões do Senado seria uma constatação dessa má vontade do governo de colocar o PLS na pauta, conforme avaliou o senador.

– Essa é a mais pura ditadura política. Esse tipo de ação também se repete na Comissão Parlamentar [Mista] de Inquérito dos Cartões Corporativos, onde o que o governo não quer, não passa. É difícil fazer oposição a este governo – protestou novamente Mário Couto, assinalando que o propósito do Executivo “é travar uma guerra contra os aposentados”.

## Subcomissão debate quinta-feira a adoção da nota fiscal eletrônica

A Subcomissão Temporária da Reforma Tributária debaterá nesta quinta-feira, a partir das 10h, em audiência pública a adoção da nota fiscal eletrônica. A proposta partiu do relator da subcomissão, senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

Foram convidados para o debate o coordenador-geral de Fiscalização da Receita Federal do Brasil, Marcelo Fisch de Berredo Menezes; o secretário-adjunto de Fazenda do estado de São Paulo,

George Tormin; e o economista Albérico Mascarenhas.

A sugestão de adoção da nota fiscal eletrônica foi inserida por Francisco Dornelles em seu relatório preliminar sobre mudanças no sistema tributário nacional. O texto foi apresentado à subcomissão em 27 de março, após um ano de audiências com autoridades da área econômica, governadores, prefeitos de capitais, economistas e juristas.

A subcomissão temporária é



Francisco Dornelles sugere tipo de nota no relatório preliminar sobre reforma

presidida pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e tem como vice-presidente o senador Neuto de Conto (PMDB-SC).

A água doce é um bem cada vez mais escasso. Hoje, 1,1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso a água potável. Medidas simples podem fazer a diferença.

# A água vale ouro

Instale torneiras com sensores automáticos      Use uma bacia para lavar louça      Elimine os vazamentos

Fonte: Phuma e Instituto Akatu  
Arte: Carlos Quartim



“A dívida é a escravatura da modernidade”, diz Mão Santa

## Mão Santa pede cautela em compras a prazo

A possibilidade de parcelamento de um automóvel em até dez anos foi criticada por Mão Santa (PMDB-PI). Para o senador, “a dívida é a escravatura da modernidade”.

Mão Santa pediu cautela aos consumidores brasileiros que aqueceram a economia nos últimos anos com compras parceladas e apelou ao presidente Lula para que invista em educação.

– O cidadão não deve basear sua prosperidade em dinheiro emprestado – disse o senador, citando o ex-presidente dos Estados Unidos Abraham Lincoln.

A possibilidade de um terceiro mandato para Lula, levantada pelo vice-presidente da República José Alencar, foi criticada por Mão Santa. O senador sustentou que, se submetida ao Senado, uma proposição como essa não seria aprovada.

### Dengue

Mão Santa também cobrou investimentos no combate à epidemia de dengue no Rio de Janeiro e na recuperação dos estragos decorrentes das enchentes na região Nordeste, em especial no Piauí. Ele ainda apresentou requerimento de voto de pesar pela morte do prefeito de Ipiranga do Piauí, Waldson Antônio Neiva de Moura Santos, ocorrida na madrugada de domingo, em Teresina.

Por fim, assinalou datas comemorativas em 7 de abril: o Dia Nacional do Jornalista, o Dia do Corretor e o Dia Mundial da Saúde.

Quatro cidades gaúchas foram selecionadas em pesquisa que aponta redes de ensino que se destacam na oferta da educação

# Paim: estudo detecta ensino de qualidade no RS

O senador Paulo Paim (PT-RS) comentou estudo que lista os 37 municípios brasileiros que se destacam na oferta de educação com qualidade. São oito municípios no Centro-Oeste, cinco no Nordeste, cinco no Norte, nove no Sudeste e dez na região Sul.

A seleção das cidades foi feita a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) cruzado com dados educacionais e socioeconômicos dos municípios, além de entrevistas com dirigentes escolares, pais e alunos.

Arroio do Meio, Farroupilha, Horizontina e Sapiranga são municípios gaúchos citados na pesquisa. Os seus projetos têm em comum o estímulo à leitura e à reflexão, com a oferta de livros, jornais e revistas para consulta dos alunos.



Incentivo à leitura foi ponto observado nas cidades gaúchas escolhidas no estudo

Em Arroio do Meio, os estudantes lêem semanalmente jornais e revistas por 30 minutos. Em Farroupilha, são orientados a escrever crônicas e poesias, que ficam expostas em janelas, ônibus, vitrines e portarias de empresas da cidade. Em Horizontina e Sapiranga, os alunos aprendem

noções de conservação do meio ambiente, promovem o plantio de árvores em ruas e praças e participam de cursos de idiomas e oficinas de capoeira, música, dança e reciclagem de lixo.

A pesquisa “Redes de Aprendizagem – boas práticas que garantem o direito de aprender” foi realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Ministério da Educação (MEC), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Desde que a pesquisa foi divulgada, em 25 de março, os senadores Ideli Salvatti (PT-SC), Romeu Tuma (PTB-SP), Cristovam Buarque (PDT-DF), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Osmar Dias (PDT-PR) chamaram a atenção

para os resultados, com destaque para as experiências selecionadas em seus estados.

Paim também destacou que o Brasil vai sediar a 6ª Conferência Internacional de Educação de Adultos, em 2009. O evento, patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) há 40 anos, será realizado pela primeira vez no hemisfério Sul. Segundo o senador, o Brasil conta com 65 milhões de pessoas com mais de 15 anos que não concluíram as oito séries do ensino fundamental.

Paim registrou ainda a passagem do Dia Nacional do Jornalista, comemorado ontem. Para ele, a liberdade de expressão e de opinião é imprescindível para a democracia, que tem na imprensa livre um de seus pilares.

## Principais pontos da pesquisa

O estudo teve como objetivo identificar as características das redes municipais em que o direito ao aprendizado é assegurado e, por meio dos seus resultados, inspirar outras redes a encontrar soluções próprias.

As 37 redes da pesquisa foram selecionadas pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Ministério da Educação (MEC).

## O bom desempenho da rede foi relacionado a:

- aspectos de gestão,
- formação dos profissionais da educação
- práticas pedagógicas
- ambiente educacional e condições de aprendizagem.

## Pontos positivos observados nas redes selecionadas:

- troca de informações e recursos para alimentar aprendizagens coletivas
- acesso à educação infantil
- interação com as famílias e a comunidade
- respeito ao tempo escolar
- infra-estrutura
- perfil e papel da direção escolar e plano de carreira, cargos e salários para profissionais de educação.

Fonte: Pesquisa “Redes de Aprendizagem – boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender”. MEC, Unicef, Inep e Undime.

# Cristovam sugere que reitor da UnB se licencie do cargo

Como solução para a ocupação da reitoria da Universidade de Brasília (UnB) por estudantes que reivindicam o afastamento do reitor da instituição, Timothy Mulholland, Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs o licenciamento temporário de Mulholland.

O senador sugeriu a criação de uma comissão para investigar a legitimidade – e não apenas a legalidade – dos atos do reitor referentes a gastos elevados com mobiliário de sua moradia funcional. Ele ressaltou que essa comissão só seria formada após o licenciamento e a desocupação das instalações da reitoria pelos estudantes.

– A comissão iria analisar o que houve de fato, se a mídia exagerou ou não; quais foram os gastos naquele famoso apartamento

funcional. Iria discutir se houve o envolvimento direto do reitor ou não; se esse envolvimento foi por omissão diante de atos de alguns dos seus auxiliares, ou se foi ele próprio que decidiu – ponderou.

A ocupação da reitoria começou, na última quinta-feira, com um grupo de cem alunos. Atualmente, segundo Cristovam, mais de 500 estudantes encontram-se no local. E, desde sexta-feira à noite, a Justiça determinou que a Polícia Federal recupere o prédio.

O senador solicitou à Justiça que amplie o prazo de 24 horas dado aos estudantes para a desocupação, e apelou por um acordo entre eles e o reitor. Pediu ainda à Polícia Federal para agir com moderação na hipótese de ter de levar adiante a ação de

Fotos: Gerardo Magalhães



Cristovam propõe a criação de uma comissão para investigar o caso

desocupação. “Se houver ali um confronto e se, dentro do *campus*, jovens estudantes forem vítimas da violência, vamos ter mais ainda vergonha do país em que estamos” afirmou.

– Não quero estar a favor dessa reivindicação ou contra ela, mas,

como os alunos estão agindo com convicção, vai levar algum tempo para que aceitem retirá-la de sua pauta de reivindicações – disse.

Cristovam cobrou dos ministros da Justiça, Tarso Genro, e da Educação, Fernando Haddad, maior empenho na solução do caso.

Em apartes, os senadores pelo Piauí Heráclito Fortes (DEM) e Mão Santa (PMDB) parabenizaram Cristovam pelo pronunciamento. Heráclito assinalou que o governo deve empreender uma mediação mais concreta no caso e pediu ao reitor Timothy Mulholland que avalie melhor a viabilidade do enfileiramento. Já Mão Santa defendeu o direito de os estudantes se revoltarem contra a “corrupção que campeia no país” e se dispôs a auxiliar na resolução do conflito.



Augusto Botelho: contrato permitirá desenvolvimento de áreas indígenas

## Augusto sugere parceria entre índios e não-índios

O senador Augusto Botelho (PT-RR) apresentou projeto (PLS 115/08) que altera o Estatuto do Índio (Lei 6.001/73) para regular a parceria entre índios e não-índios em terras indígenas. A intenção é fazer com que as atividades nessas áreas promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas, com respeito a sua identidade cultural. A matéria está na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O projeto permite a exploração da terra por meio de parceria nas modalidades agrícola, pecuária e turística, preservada a posse indígena. A parceria é definida como contrato entre uma entidade de índios e uma de não-índios, em que as partes se propõem a desenvolver atividades.

Pela proposta, será assegurada a participação indígena nos resultados do empreendimento em, no mínimo, 5% sobre o lucro líquido obtido. Ao fim do acordo, a entidade de não-índios não terá direito a indenização por benfeitorias realizadas na terra indígena. Os contratos também deverão ter aprovação prévia dos órgãos do Executivo responsáveis pelas políticas indigenistas.

Augusto Botelho pondera que, sozinhas, as comunidades indígenas enfrentam dificuldades para explorar suas terras em proveito próprio. Assim, pressionadas pela necessidade de sobrevivência, acabam firmando parcerias ilegais e lesivas ao meio ambiente.

“Tais parcerias resultam em conflitos e degradação ambiental, que a homologação de terras não consegue evitar por não garantir que o desenvolvimento das comunidades aconteça de forma adequada”, assinala Augusto.

O parlamentar explica ainda que a parceria sugerida prevê uma unidade empreendedora entre quem detém a posse da terra e pessoas dispostas a auxiliar na exploração econômica dos recursos.

Tuma propõe autorizar a prisão de procurados pela Interpol baseada apenas na lista conhecida como “difusão vermelha”. Idéia também foi levantada na CPI da Pedofilia

# Mais agilidade para a prisão de estrangeiro pela Polícia Federal

Para ganhar tempo e reduzir os gastos com a prisão de estrangeiros procurados internacionalmente e localizados no Brasil, Romeu Tuma (PTB-SP) apresentou projeto determinando que a Polícia Federal poderá solicitar a prisão ao Supremo Tribunal Federal (STF) usando apenas a documentação da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol).

Hoje, depois de localizado, o estrangeiro só pode ser preso após o país que o procura enviar pedido ao governo brasileiro, o que às vezes é demorado, exigindo gastos da PF para vigiar o acusado.

A lista dos criminosos, acompanhada dos documentos que justificam a prisão, é conhecida



Proposta de Tuma elimina necessidade de se esperar o envio de pedido de outro país

internacionalmente como “difusão vermelha”.

Pelo projeto (PLS 118/08), depois de preso, o estrangeiro não poderá ser solto pela Polícia Federal até que o STF decida por

sua extradição. Tuma argumenta que um grande número de países já aceita a documentação da Interpol como mandado de prisão internacional, entre eles os europeus e a vizinha Argentina.

O projeto promove alterações na Lei 6.815/80, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e criou o Conselho Nacional de Imigração.

Nos últimos dias, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia também tratou do assunto. Na ocasião, o relator da CPI, Demostenes Torres (DEM-GO), defendeu a prisão imediata pela PF de qualquer acusado de crimes sexuais contra crianças cujo nome faça parte da “difusão vermelha” da Interpol.

## Virgílio defende dois conselhos tutelares para cada município

Com o objetivo de consolidar o papel do conselheiro tutelar na legislação municipal, Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou projeto para estabelecer a exigência de criação de dois conselhos tutelares por município. Atualmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/90) prevê apenas um.

O conselho tutelar é um órgão autônomo, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Pela proposta (PLS 119/08), o cargo de conselheiro tutelar será equiparado ao de servidor público federal e seus vencimentos serão pagos pela União, enquanto durar seu mandato de cinco anos, permitida uma recondução.

Ainda de acordo com o projeto

de Virgílio, cada um dos conselhos tutelares terá cinco membros, a serem escolhidos pela comunidade local.

Ao criar o conselho tutelar, explica Virgílio, o ECA – “que representou um marco na afirmação de uma política na área de defesa das crianças e dos adolescentes” – inovou na área da administração municipal. O projeto pretende consolidar essa legislação, reforçando o papel dos conselheiros tutelares, diz ele.

Segundo o senador, o cargo de conselheiro tutelar é temporário e, por isso, quem o ocupa não possui vínculo empregatício nem com o município, nem com a União. Mesmo assim, como o conselheiro exerce suas funções de forma contínua, por períodos



Virgílio propõe equiparar o cargo de conselheiro ao de servidor público federal

superiores a um ano, não se pode suprimir seus direitos a férias anuais, ao 13º salário e à inclusão nos planos de saúde oferecidos pela União ao funcionalismo público federal, enquanto durarem suas funções.

O projeto está em fase de recebimento de emendas na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde será votado em decisão terminativa.



Senador reafirma independência das orientações do governo em votações

## Exedito Júnior esclarece que preso não é seu suplente

O senador Exedito Júnior (PR-RO) esclareceu que Mário Calixto Filho, preso pela Polícia Federal por suspeita de envolvimento com fraudes na importação de carros de luxo, não é seu suplente, como veiculado pela imprensa. Segundo informou, seus suplentes são Elcide Alberto Lanzarin e Jabis Emerick Dutra. Mário Calixto Filho foi suplente do ex-senador Amir Lando (RO)

e exerceu o mandato entre julho de 2004 e março de 2005.

Exedito aproveitou para reiterar que, embora integre a base governista, continuará votando de forma independente. O comunicado foi uma resposta a comentário atribuído ao senador Delcídio Amaral (PT-MS) em matéria publicada no *Globo Online* sobre os senadores dos partidos aliados ao governo que ajudaram a dar



O papel dos dois líderes na história brasileira é destacado por Marconi

## Marconi quer Getúlio e Rui no Livro dos Heróis da Pátria

O senador Marconi Perillo (PSDB-GO) apresentou dois projetos de lei para inscrição dos nomes de Rui Barbosa (PLS 107/08) e Getúlio Vargas (PLS 108/08) no *Livro dos Heróis da Pátria*, mantido no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília. As proposições estão tramitando na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Segundo afirmou o senador, a inclusão do nome do ex-presidente Getúlio Vargas é essencial para que se possa reconhecê-lo como um dos maiores líderes do Brasil. Na justificativa do seu projeto, Marconi assinalou tratar-se “de um brasileiro que anteviu o futuro do país”.

A respeito de Rui Barbosa, o senador assinalou que a inclusão do nome do político, jurista e também intelectual, membro da Academia Brasileira de Letras, “certamente contribuirá para o engrandecimento da homenagem ali prestada a expressivas figuras da nossa história”.

Lançado em 7 de setembro de 1986, o *Livro dos Heróis da Pátria* homenageia figuras de destaque em ações de defesa da pátria. Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares; Alberto Santos Dumont, Patrono da Aviação; e Manuel Deodoro da Fonseca, primeiro presidente da República, são alguns dos nomes inscritos no chamado “Livro de Aço”.

quórum à reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) em que foi aprovada a convocação da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Conforme a matéria, Delcídio chamou os senadores de “descontrolados”.

– Não sou controlado por ninguém. Sou controlado pelas minhas convicções, pela minha consciência e pelo povo de Rondônia – disse Exedito Júnior.